



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

118

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000908-83.2010.8.17.0640 (0245428-4)

RELATOR: DESEMBARGADOR FÁBIO EUGÊNIO OLIVEIRA LIMA

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE

APELADO: ANTONIO VIANA DE MELO

EMENTA. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMISSÃO DE NOVA FATURA. INDICATIVA DO ERRO NA COBRANÇA. IMPUGNAÇÃO DA FATURA DISSOCIADA DA MÉDIA MENSAL DE CONSUMO. DEVER DA CONCESSIONÁRIA DE PROVAR A IDONEIDADE DO VALOR. ÔNUS DO QUAL NÃO SE DESINCUMBIU. DANO MORAL CONFIGURADO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE DO ARBITRAMENTO DA INSTÂNCIA INFERIOR.

1. A emissão de nova fatura pela Concessionária de Serviço Público relativa ao mesmo contrato e a idêntico período é indicativa do erro na cobrança.

2. Quando o consumidor se insurge contra fatura dissociada da média mensal de consumo, a concessionária de serviço público tem o dever de provar que, de fato, estava correta a quantia cobrada. Ônus que, *in casu*, não se desincumbiu.

3. A inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, qualificando-o, em via de consequência, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador, configura dano moral indenizável, que, no caso, opera-se *in re ipsa*, vale dizer em decorrência da ilicitude do ato praticado, independente de qualquer outro efetivo prejuízo.

4. À míngua de critérios estritamente objetivos definidos em Lei para a fixação da indenização por dano moral, o valor arbitrado pelo juiz a quo, quando não seja vil ou exorbitante, deve ser mantido.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

119~

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0000908-83.2010.8.17.0640 (0245428-4), acordam os Desembargadores da Câmara Extraordinária Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima.

Recife,

19.09.2014.

Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000908-83.2010.8.17.0640 (0245428-4)

RELATOR: DESEMBARGADOR FÁBIO EUGÊNIO OLIVEIRA LIMA

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE

APELADO: ANTONIO VIANA DE MELO

RELATÓRIO

Cuida-se, na origem, de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por dano moral ajuizada por **ANTONIO VIANA DE MELO** em face de **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE**, ao argumento, em suma, de que não reconhece a dívida consubstanciada na conta de energia elétrica no valor de R\$2.477,11 (dois mil, quatrocentos e setenta e sete reais e onze centavo) cujo inadimplemento ensejou a inscrição do seu nome nos cadastros restritivos de crédito.

Sustenta, ainda, que a Celpe constatou o erro na fatura e, em consequência, emitiu uma nova com o valor correto.

Pede, assim, a desconstituição do débito e indenização por dano moral.

Citada, a parte ré apresenta contestação, sustentado, em apertada síntese, que a negativação do nome da autora foi legítima, dado que se deu em razão de sua inadimplência.

A sentença julgou procedente o pedido, para declarar a inexistência do débito e condenar a ré ao pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de dano moral.

Irresignada, a parte ré interpõe a apelação, reafirmando as razões de fato e de direito trazidas com a contestação. Requer que seja provido o presente recurso ou, caso seja mantida a sentença



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

atacada, pugna pela redução da importância arbitrada a título de dano moral.

Sem revisão. Malgrado o processo tenha tramitado sob o rito ordinário, a causa tem valor não excedente a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo e não houve reconhecimento da complexidade da matéria pelo juiz a quo. Assim, incide, na hipótese, o disposto no artigo 551, § 3º, do Código de Processo Civil, na sua interpretação teleológica.

É o relatório.

Inclua-se em pauta de julgamento.

Recife, 10 de setembro de 2014.


Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

120

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000908-83.2010.8.17.0640 (0245428-4)

RELATOR: DESEMBARGADOR FÁBIO EUGÊNIO OLIVEIRA LIMA

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE

APELADO: ANTONIO VIANA DE MELO

VOTO

A emissão de nova fatura (docs. de fls. 15/16) pela concessionária de serviço público relativa ao mesmo contrato e a idêntico período é indicativa de erro na cobrança.

Ademais, à luz da documentação trazida aos autos (fls. 15/18), resta evidente que a conta de energia elétrica impugnada se encontra dissociada da média mensal de consumo.

Nesse contexto, quando o consumidor se insurge contra fatura dissociada da média mensal de consumo, a concessionária de serviço público tem o dever de provar que, de fato, estava correta a quantia cobrada.

O fornecedor, por óbvio, tem amplas e facilitadas condições de demonstrar o real consumo do usuário e, em consequência, provar a legitimidade do valor cobrado na fatura. Nas relações de consumo a distribuição do ônus da prova não está ligada ao princípio clássico da correlação do que se alega, segundo o qual ao autor incumbe a prova quanto ao fato constitutivo do seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Nos processos envolvendo lide de consumo, vigorando o princípio da inversão do ônus da prova (artigo 6º, VIII), o que deve prevalecer na seara da distribuição do ônus da prova é o princípio da racionalidade ou razoabilidade. Esse ônus pertence ao fornecedor porque mais habilitado para fazê-lo. Ônus que, na hipótese, não se desincumbiu.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

121

Por isso, forçoso desconstituir a dívida e reconhecer a abusividade da negativação do consumidor.

Registre-se, aqui, que a inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, qualificando-o, em via de consequência, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador, configura dano moral indenizável, que, no caso, opera-se in re ipsa, vale dizer em decorrência da ilicitude do ato praticado, independente de qualquer outro efetivo prejuízo.

A partir de tais ponderações, tenho como configurados o dano moral e o dever de indenizar.

Ultrapassada essa questão, passo a analisar a indenização arbitrada.

À míngua de critérios estritamente objetivos definidos em Lei para a fixação da indenização por dano moral, o valor arbitrado pelo juiz a quo, quando não seja vil ou exorbitante, deve ser mantido.

De realçar que a orientação do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, na fixação do quantum indenizatório de dano moral "(...) recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores e, ainda, ao porte econômico dos réus, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso" (Cfr. REsps. n.ºs. 214.381-MG; 145.358-MG e 135.202-SP, Rel. Min. Sálvio Figueiredo Teixeira, respectivamente, 29.11.99, 01.03.99 e 03.08.98).



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

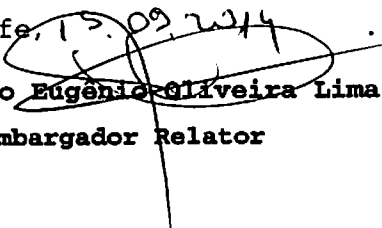
Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

122

No caso, o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) fixado na sentença a título de danos morais atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo que não merece ser alterado.

Isso posto, voto no sentido de negar provimento à apelação, para manter a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 15.09.2014.

Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator